



COMISSÃO ESPECIAL

VETO GOVERNAMENTAL Nº 22/2021

PROPONENTE: PODER EXECUTIVO

RELATOR: DEPUTADO ÁLVARO CAMPELO

VETO TOTAL, Oriundo da Mensagem Governamental nº 113/2021, ao Projeto de Lei nº 289/2020, de autoria das Deputadas Alessandra Campêlo e Therezinha Ruiz que “Garante aluguel social à mulher vítima de violência doméstica e dá outras providências”.

PARECER

I – RELATÓRIO

Trata-se de Veto Governamental total, proveniente da Mensagem Governamental de nº 113/2021.

Em discussão geral e votação única, o Projeto de Lei nº 455/2020 foi aprovado pelo Plenário deste Poder Legislativo Estadual, tendo sido encaminhado ao Poder Executivo para sanção governamental.

No dia 16 de setembro de 2021, o Chefe do Executivo, apoiado no Parecer 141/2021-GPGE, através da Mensagem Governamental de nº 113/2021, decidiu pelo VETO TOTAL da proposição em comento.

Seguindo a tramitação especial prevista no Art. 95 do Regimento interno desta Assembleia Legislativa, designou-se Comissão Especial, com a finalidade de analisar e emitir parecer técnico concernente ao veto supramencionado.

É o relatório. Passo a opinar.





II – FUDAMENTAÇÃO

Trata-se do veto total ao Projeto de Lei nº 455/2020, que tem por finalidade criar benefício financeiro mensal destinado a ajudar no pagamento de aluguel à mulheres vitimas de violência doméstica que não podem retornar ao próprio lar sem prejuízo de sua integridade física e mental.

Não há do que se falar que o Projeto de Lei é de extrema relevância, mulheres em situação de violência doméstica ou familiar necessitam, para a sua segurança e a de seus dependentes, deixar seus lares. No entanto, muitas delas não possuem renda suficiente para arcar com as despesas de uma moradia e/ou necessitam deixar a casa de forma repentina.

A violência doméstica contra a mulher, possui fortes implicações para o desenvolvimento do estado, visto que envolve perda de produtividade das vítimas, eventuais custos com tratamento no sistema de saúde e menor participação da mulher no mercado de trabalho, além disso, as crianças que vivem em lares onde prevalece a violência doméstica possuem maior probabilidade de desenvolver problemas comportamentais na primeira infância e, a partir da adolescência se envolver em atividades criminosas.

Recentemente o Insituto Data Folha realizou uma pesquisa sobre violência doméstica no mês de junho de 2020, a pedido do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)¹, e de acordo com o resultado, uma a cada quatro mulheres com mais de 16 anos já sofreram algum tipo de violência, com a pesquisa mostra que 17 milhões de mulheres, ou seja, 24,4% das pesquisadas, foram vítimas de violência física, psicológica ou sexual durante a pandemia de Covid-19. Em comparação com a pesquisa anterior, foi identificado um aumento nas agressões dentro de casa passando de 42% para 48,8%.

¹ <https://forumseguranca.org.br/>





A violência doméstica afeta a mulher em todas as áreas, podendo ocasionar até a morte. Por esse motivo, é importante políticas públicas que visem acolher essas vítimas. Com isso, a denúncia e a saída dessa situação se tornarão possível a redução do índice de violência doméstica no Estado.

Entretanto, data máxima vênia, ousou discordar do fundamento utilizado pelo eminente Procurador-Geral do Estado do Amazonas, Doutor Giordano Bruno Costa da Cruz, no sentido de que o referido projeto adentra integralmente nas competências privativas do Chefe do Executivo.

Em nosso entender, o que se discute é a garantia de direitos de tentar diminuir os efeitos dos casos de violência doméstica, o artigo 29 da Lei Maria da Penha (Lei federal nº 11.340/06), prevê a atenção multidisciplinar, especializada no atendimento psicossocial, jurídico e de saúde da mulher. Assim, mostra-se juridicamente adequada a proposta em análise, tendo em vista os objetivos da Lei Maria da Penha.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, **MANIFESTO VOTO CONTRÁRIO** ao **VETO TOTAL** do Projeto de Lei nº 455/2020, que “Garante aluguel social à mulher vítima de violência doméstica e dá outras providências”, oriundo da Mensagem Governamental nº 113/2021.

É o parecer.

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, aos 04 dias do mês de outubro de 2021.


Álvaro Campelo - Relator
 Deputado Estadual – Progressistas
 Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas



Documento 2021.10000.00000.9.038270
Data 05/10/2021



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

TRAMITAÇÃO
Documento Nº 2021.10000.00000.9.038270

Origem

Unidade: DEP. ÁLVARO CAMPELO
Enviado por: ALVARO JOAO CAMPELO DA MATA
Data: 05/10/2021

Destino

Unidade: DIRETORIA DE APOIO LEGISLATIVO
Aos cuidados de: ROGERIO OLIVEIRA DA SILVA

Despacho

Motivo: ANÁLISE E PROVIDENCIAS
Despacho: VETO GOVERNAMENTAL Nº 22/2021